PARECER 112/2019

Parecer ao Projeto de Lei n.º 047-L, de 17/04/2019, de autoria do N. vereador Rafael Marreiro de Godoy, que dispõe sobre a concessão de “Pró-Labore”, nas condições que estabelece, aos policiais militares efetivos que prestem serviço, 01 (um) ano, no mínimo, no Município de São Roque e dá outras providências.

De acordo com o projeto de Lei nº 047-L, de 17 de abril de 2019, o qual ora se analisa, o N. Vereador Rafael Marreiro de Godoy pretende autorizar o Poder Executivo a conceder Pró-Labore para os Policiais Militares da ativa, que participarem efetivamente do policiamento e da segurança da cidade e tenham 01 (um) ano, no mínimo, de serviço contínuo no Município de São Roque.

É o relatório.

O projeto em questão, por mais meritório que possa ser, invade a esfera da competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

A iniciativa de proposições que visem concessão de vantagem pecuniária é de iniciativa exclusiva do Poder Executivo.

Não há previsão no Orçamento do Município a concessão de pró-labore para os policiais militares, ferindo, de outro modo, os princípios orçamentários, ou seja, a criação de despesas sem que proceda com a indicação dos recursos disponíveis para atendê-las.

Mesmo tratando-se de uma lei autorizativa, não retira a sua inconstitucionalidade pois vislumbra-se uma patente ingerência do Poder Legislativo no Poder Executivo, o qual o autoriza a praticar um ato do qual o mesmo não solicitou nenhuma autorização.

Nessa linha de raciocínio tem entendido o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO – PROCEDIMENTO COMUM – COBRANÇA - SERVIDOR PÚBLICO – POLICIAL MILITAR - REMUNERAÇÃO – QUINQUÊNIO – BASE DE CÁLCULO – AUSÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. 1. Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, por expressa disposição da Constituição Federal, estão sujeitos a regime jurídico peculiar para os militares, cabendo à lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, X, CF, inclusive sobre a remuneração (art. 41, § 1º). 2. Base de cálculo dos quinquênios determinada pela soma do padrão de vencimento, do RETP e gratificação pro-labore (art. 3º, II, LCE nº 731/93). Ausência de inconstitucionalidade ou ilegalidade. Pedido improcedente. Sentença reformada. Reexame necessário, considerado interposto, provido. Recursos prejudicados. (TJSP; Apelação Cível 1053530-78.2016.8.26.0053; Relator (a): Décio Notarangeli; Órgão Julgador: 9ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 5ª Vara de Fazenda

Pública; Data do Julgamento: 12/03/2018; Data de Registro: 12/03/2018, Destacou-se.)

Apelação Cível Constitucional e Administrativo - Apelação Cível - Servidor Público Estadual Policiais civis, militares e bombeiros. Adicional Operacional de Localidade (AOL) – Pretensão ao reconhecimento da inconstitucionalidade da lei que criou o adicional, bem como recebimento do mesmo no seu grau máximo, pago aos Oficiais da Polícia Militar. Sentença de improcedência. Recurso voluntário dos autores. Desprovimento de rigor. Os critérios estabelecidos na legislação devem ser respeitados. Critério populacional que tem vinculação lógica com os graus de complexidade da atividade profissional e de dificuldade de fixação dos policiais. Inocorrência de afronta ao Princípio Constitucional da Isonomia - Súmula nº 339, do STF Vantagem transitória, "propter labore faciendo" não passível de incorporação. Precedentes da Corte. Sentença mantida - Apelação improvida. (TJSP; Apelação Cível 0009047-75.2008.8.26.0597; Relator (a): Sidney Romano dos Reis; Órgão Julgador: 6ª Câmara de Direito Público; Foro de Sertãozinho - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 28/11/2011; Data de Registro: 05/12/2011. Destacou-se.)Esse é o entendimento do Tribunal de justiça, ao julgar ações diretas de inconstitucionalidades de leis que autorizam o Poder Executivo a adotar determinados procedimentos.

Lado outro, a competência para legislar sobre a segurança pública é do Estado, conforme preconiza o artigo 139 da Constituição do Estado de São Paulo:

Art. 139. A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio.

§ 2º A polícia do Estado será integrada pela Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

Ao legislar sobre o assunto está o Município interferindo na competência privativa do Estado, e conceder pró-labore para servidores que não fazem parte do quadro de servidores da municipalidade, acaba o Município por efetuar despesas consideradas impróprias.

Evidentemente, no exercício de tal mister, os entes federativos não podem sofrer nenhuma interferência de órgãos ou poderes estranhos a sua estrutura, porquanto devem obediência apenas à Constituição e aos preceitos das leis nacionais de caráter complementar (Cf. **HELLY LOPES MEIRELLES**, “Direito Municipal Brasileiro”, Malheiros, 8.ª ed., p. 424).

Daí que, ao editar lei prevendo a concessão de ‘*pro labore*’ aos policiais militares, os quais atuam na segurança pública e são vinculados ao Estado de São Paulo, o Município excederá os limites de sua autonomia administrativa, invadindo a esfera de competência estadual.

A concessão de 'pro labore' é manifestamente inconstitucional, pois o Município não pode remunerar prestação de serviço que é da competência do Estado de São Paulo, nos termos do art. 139, “*caput*”, da Carta Paulista, que dispõe ser a Segurança Pública **dever** do Estado, **direito e responsabilidade de todos**, a ser mantida, pela polícia militar (CE., art. 139, §§ 1.º, 2.º e 3.º), a quem incumbe, além das atribuições definidas em lei, a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública (CE.141).

Independentemente da posição dessa Consultoria Jurídica, o presente projeto de lei deve tramitar e receber pareceres das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e Orçamento, Finanças e Contabilidade.

É o parecer, s. m. j.

São Roque, 11 de junho de 2019

VIRGINIA COCCHI WINTER
Assessora Jurídica